

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 30/01/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 01ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quatorze horas e cinquenta e oito minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº: 388, 389 e 494/2026 da Vereadora Professora Livia; Projeto de Lei nº: 408/2026 do Vereador Thiago Damaeno; Projeto de Lei nº: 412, 413, 414, 415, 416, 417, 435, 436, 518 e 519/2026 do Vereador Dudu; Projeto de Lei nº: 420/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Lei nº: 542/2026 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 546/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Requerimento nº: 238/2026 dos Vereadores Léo França, Gilda Beatriz, Junior Paixão, Júlia Casamasso, Marquinhos Almeida e Professora Livia; Requerimento de Informação nº: 325, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535 e 545/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 330/2026 do Vereador Carlos Alberto; Requerimento de Informação nº: 509, 510 e 511/2026 do Vereador Otávio Sampaio; Requerimento de Informação nº: 512 e 513/2026 do Vereador Léo França; Indicação nº: 10520, 515 a 517/2026 do Vereador Léo França; Indicação nº: 318 a 320, 321, 323, 335, 337, 340, 347, 351, 401 a 405, 411, 418 a 434, 440 a 448, 451 a 453, 455 a 458, 463, 464, 466 e 471/2026 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 326, 327, 334, 504, 508 e 549/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 328, 373, 459, 461, 462, 465, 468, 469, 474, 476, 479, 481, 483 e 522/2026 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 329, 362, 498 e 500/2026 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 331, 332, 336, 338, 341, 342, 344, 345, 346, 348, 349, 352 a 355, 360, 361, 363 a 371, 387, 390, 392 e 450/2026 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 333, 350, 392 a 399, 526, 527, 538 e 541/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 375 a 383, 460, 467, 473, 475, 480, 484 a 488, 490, 493, 496, 497, 499 e 502/2026 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 406, 410, 505, 520, 521, 524, 537, 539 e 540/2026 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 407/2026 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 437 e 438/2026 da Vereadora Professora Livia; Indicação nº: 503, 525 e 544/2026 do Vereador Otávio Sampaio; Indicação nº: 543/2026 do Vereador Dudu; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Vereador Thiago Damaeno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10284/2025; o Veto foi mantido com 07 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Livia e do Vereador Tiago Leite; Registre-se que o Vereador Léo França votou a favor da derrubada do Veto; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10285/2025; o Veto foi mantido com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Otávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10287/2025; o Veto foi derrubado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Otávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10288/2025; o Veto foi mantido com 06 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Otávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Registre-se que a Vereadora Gilda Beatriz solicitou que fosse consignado em ata o motivo pelo qual o veto foi mantido, esclarecendo que sua posição era pela derrubada do referido veto. Destacou que o projeto em questão garante um direito mínimo de acessibilidade aos usuários do transporte, abrangendo idosos, gestantes, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com obesidade grau II ou superior e pessoas com crianças de colo, grupos que já possuem proteção constitucional e legal. Enfatizou que não procede a justificativa de que o setor jurídico teria se manifestado de forma contrária, uma vez que se trata de direito já assegurado constitucional e legalmente. Ressaltou ainda que o projeto não interfere na forma como o Poder Executivo irá gerir o transporte público, mas apenas define para quem o transporte deve ser acessível. Ao final, solicitou expressamente que tais esclarecimentos constassem em ata. Ato contínuo. Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10423/2025; o Veto foi derrubado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Otávio Sampaio; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10425/2025; o Veto foi derrubado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10427/2025; o Veto foi mantido com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Registre-se que a Vereadora Gilda Beatriz, a Vereadora Júlia Casamasso, o Vereador Léo França e a Vereadora Professora Livia votaram a favor da derrubada do Veto; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10431/2025; o Veto foi derrubado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador

Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Otávio Sampaio; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10433/2025; o Veto foi derrubado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Otávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 10466/2025; o Veto foi mantido com 07 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Otávio Sampaio; Registre-se que a Vereadora Gilda Beatriz solicitou que fosse consignado em ata o esclarecimento de que o parecer jurídico possui caráter meramente orientativo, não sendo vinculante, cabendo a decisão final exclusivamente ao vereador, que exerce seu voto de forma livre. Ressaltou que é comum haver situações em que o parecer jurídico seja contrário e o vereador vote favoravelmente, ou o inverso, destacando que tal escolha decorre da convicção individual de cada parlamentar. Acrescentou que, por esse motivo, lhe causa estranheza a insistência na leitura de pareceres, uma vez que é de conhecimento geral que a votação nem sempre acompanha a orientação jurídica apresentada. afirmou ainda que o projeto nasce de uma preocupação legítima e simples: a proteção de vidas. Destacou que ciclistas de competição treinam atualmente nas ruas de Petrópolis sem qualquer espaço adequado, dividindo o asfalto com carros, ônibus e caminhões, em um trânsito onibuscamente complexo, o que os torna altamente suscetíveis a acidentes. Enfatizou que a criação de áreas de proteção para ciclistas de competição não configura privilégio, mas sim uma política pública de segurança e prevenção. Esclareceu que o projeto respeita integralmente as competências do Poder Executivo, uma vez que define que os locais das áreas de proteção serão determinados pelo Executivo, os horários estabelecidos pelos órgãos de trânsito e a regulamentação realizada pelo próprio Prefeito. Reforçou que o papel do Legislativo é apontar caminhos e diretrizes, enquanto a execução compete exclusivamente ao Executivo, não havendo qualquer invasão de competência. Destacou que a proposta trata do cuidado com a vida de pessoas que praticam esse esporte, ressaltando que Petrópolis, apesar de possuir relevo difícil, também apresenta vocação esportiva. Assim, garantir áreas seguras para treinamento significa investir em saúde, mobilidade consciente e redução de acidentes. Solicitou, portanto, que os vereadores analisassem o projeto não como uma disputa entre poderes, mas como uma oportunidade de proteger pessoas e fortalecer o esporte no município. Por fim, manifestou estranheza quanto ao veto parcial aposto ao projeto, o qual resultou na sanção de uma lei considerada incoerente, publicada no mês de dezembro. Destacou que o próprio artigo 2º estabelece claramente que as Áreas de Proteção ao Ciclista de Competição serão criadas em locais a serem definidos pelo Executivo, sendo os demais artigos apenas diretrizes para aplicação da lei. Ressaltou ainda que o artigo 4º reforça que a regulamentação cabe ao Poder Executivo, deixando evidente que o projeto não invade competências, mas tem como objetivo central salvar vidas. Ao final, solicitou aos senhores vereadores que votassem pela derrubada do veto. Ato contínuo. Colocado em discussão e votação as Indicações nº: 2720, 3095, 3306, 4453, 4457, 4560, 5091, 5117, 5119, 5605, 5655, 5812, 6121, 6122, 6123, 7219, 7220, 7256, 10399, 10400, 10401/2025; as Indicações foram aprovadas com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Terminada a **ORDEM DO DIA e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às quinze horas e quarenta e oito minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins

ATA DA 02ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e quarenta e nove minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Veto nº: 663/2025 CMP (10620/2025); GP Veto nº: 661/2025 CMP (10621/2025); GP Veto nº: 662/2025 CMP (10622/2025); GP Veto nº: 029/2026 CMP (130/2026); GP Diversos nº: 953/2025 CMP (10603/2025); GP Diversos nº: 975/2025 CMP (10604/2025); GP Diversos nº: 940/2025 CMP (10606/2025); GP Diversos nº: 954/2025 CMP (10607/2025); GP Diversos nº: 974/2025 CMP (10631/2025); GP Diversos nº: 973/2025 CMP (10632/2025); GP Diversos nº: 965/2025 CMP (10633/2025); GP Diversos nº: 972/2025 CMP (10634/2025); GP Diversos nº: 969/2025 CMP (10635/2025); GP Diversos nº: 961/2025 CMP (10636/2025); GP Diversos nº: 971/2025 CMP (10637/2025); GP Diversos nº: 970/2025 CMP (10638/2025); GP Diversos nº: 962/2025 CMP (10639/2025); GP Diversos nº: 960/2025 CMP (10640/2025); GP Diversos nº: 966/2025 CMP (10641/2025); GP Diversos nº: 964/2025 CMP (10642/2025); GP Diversos nº: 964/2025 CMP (10643/2025); GP Diversos nº: 968/2025 CMP (10644/2025); GP Diversos nº: 967/2025 CMP (10645/2025); GP Diversos nº: 665/2025 CMP (10651/2025); GP Diversos nº: 001/2026 CMP (19/2026); GP Diversos nº: 009/2026 CMP (20/2026); GP Diversos nº: 0010/2026 CMP (21/2026); GP Diversos nº: 0011/2026 CMP (22/2026); GP Diversos nº: 999/2026 CMP (23/2026); GP Diversos nº: 998/2026 CMP (24/2026); GP Diversos nº: 1000/2026 CMP (25/2026); GP Diversos nº: 1001/2026 CMP

(26/2026); GP Diversos nº: 0006/2026 CMP (27/2026); GP Diversos nº: 996/2025 CMP (28/2026); GP Diversos nº: 995/2026 CMP (29/2026); GP Diversos nº: 0007/2025 CMP (30/2026); GP Diversos nº: 0002/2025 CMP (31/2026); GP Diversos nº: 0004/2025 CMP (32/2026); GP Diversos nº: 0003/2025 CMP (33/2026); GP Diversos nº: 008/2025 CMP (56/2026); GP Diversos nº: 005/2025 CMP (57/2026); GP Diversos nº: 044/2025 CMP (209/2026); GP Diversos nº: 039/2026 CMP (210/2026); GP Diversos nº: 042/2026 CMP (211/2026); GP Diversos nº: 043/2026 CMP (212/2026); Projeto de Lei nº: 9956, 9960, 10299, 10326, 10650 10654/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 10582/2025 e 185 e 219/2026 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 10583/2025 do Vereador Tiago Leite; Projeto de Lei nº: 10592/2025 e 143/2026 do Vereador Otávio Sampaio; Projeto de Lei nº: 10601, 10602/2025 e 277/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Lei nº: 10609, 10612/2025 e 165, 176/2026 do Vereador Thiago Damaeno; Projeto de Lei nº: 9, 12, 171, 191, 233, 278/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Lei nº: 174, 220, 225, 226/2026 do Vereador Júnior Coruja; Projeto de Lei nº: 187/2026 do Vereador Domingos Protetor; Projeto de Lei nº: 114/2025 dos Vereadores Domingos Protetor e do Vereador Fred Procópio; Projeto de Lei nº: 146/2026 dos Vereadores Thiago Damaeno e Carlos Alberto; Projeto de Resolução nº: 125/2026 do Vereador Thiago Damaeno; Requerimento de Informação nº: 10594, 10595, 10625, 10626, 10627/2025 e 5, 10, 37, 242, 243/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 10624/2025 e 213/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Requerimento de Informação nº: 11, 16, 18/2026 do Vereador Domingos Protetor; Requerimento de Informação nº: 64/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Requerimento de Informação nº: 215, 216/2026 do Vereador Thiago Damaeno; Requerimento de Informação nº: 315, 316, 317/2026 do Vereador Carlos Alberto; Indicação Legislativa nº: 17, 38, 54/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação Legislativa nº: 230/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação Legislativa nº: 244/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação Legislativa nº: 279/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 1191, 2838, 2840, 2998, 3022, 3119, 4244, 10577, 10584, 10596, 10597, 10611, 10613, 10615 a 10619, 10628, 10629/2025 e 49, 123, 124, 245 a 249, 251, 252, 253, 255 a 266, 268, 270, 272, 274, 275, 285 a 292, 294 a 309/2026 do Vereador Junior Coruja; Indicação nº: 1357, 5208, 10588/2025 e 6, 7, 53, 70, 71, 73, 75, 77, 78, 115, 116, 117, 120, 192 a 199, 201, 273, 276, 280 e 281/2026 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 1678, 1686, 3894, 4022, 4032, 5090, 10567, 10572, 10573, 10574, 10576, 10578, 10579, 10580, 10608, 10610, 10614, 10653/2025 e 66, 69, 72, 74, 76, 96, 103, 121, 122, 135, 136, 138 a 141, 148, 155, 158, 163, 166 a 170, 172, 180, 182, 186, 200, 203, 206, 207, 221, 224 e 229/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 2737/2025 do Vereador Léo França; Indicação nº: 3246, 4109, 4177, 4712/2025 e 13, 84 a 91, 93, 94, 97 a 99, 101, 102, 104 a 110, 112, 153, 154, 156, 157, 159 a 162, 174/2026 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 3932, 4265, 5108, 10630, 10646, 10648, 10649/2025 e 4, 8, 50, 55, 58, 59, 80, 118, 119, 137, 144, 142, 179, 202, 205, 208, 214, 237, 239, 254, 282, 283/2026 da Vereadora Junior Paixão; Indicação nº: 10570, 10590, 10591, 10598, 10623/2025 e 2, 35, 113, 284/2026 do Vereador Dudu; Indicação nº: 10585, 10587, 10589/2025 e 190/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 10586/2025 e 46, 47, 131, 132, 151, 152, 223 e 313/2026 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 3, 14, 15, 36, 51, 52, 82, 83, 147, 149, 150, 173, 217, 222, 241, 250 e 311/2026 do Vereador Thiago Damaeno; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Vereador Thiago Damaeno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5841/2025 do Vereador Thiago Damaeno; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 7083/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 9386/2025 do Vereador Fred Procópio; o Projeto foi aprovado com 07 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Léo França; Registre-se que a Vereadora Professora Livia, o Vereador Thiago Damaeno e o Vereador Tiago Leite abstiveram-se de votar. Colocado em 1ª discussão e votação os Projetos de Resolução nº: 9197, 9380, 9652, 9678, 9700, 9701, 9712, 9872, 9877, 9905, 9906, 9920, 9936, 9938, 9943, 9983, 9984, 9987, 9988, 10155, 10156, 10473, 9438, 9296, 9368, 9651 e 9647/2025 e 79/2026; os Projetos foram aprovados com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 1527/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 5324/2025 do Vereador Gil Magno; a Indicação foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Otávio Sampaio; Colocado em discussão e votação as Indicações nº: 2479, 2481, 2638, 4323, 4324, 4325, 5045, 5064, 5078, 6048, 6049, 6050, 6869, 6883, 7012, 8780, 8859, 10370, 10371, 10373, 10411, 10412, 10413 e 10562/2025; as Indicações foram aprovadas com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Marquinhos Almeida; Terminada a ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) GIL MAGNO, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os

telespectadores. Dirigiu-se ao Vereador Wesley, ressaltando o início de um novo ano legislativo, manifestando votos de que o orçamento municipal seja recuperado e se torne mais saudável, possibilitando a realização de boas ações em benefício da população. Destacou que não poderia deixar de ocupar a tribuna para agradecer e registrar uma importante licitação em fase de encaminhamento, a qual considera uma defesa de seu mandato e, sobretudo, da população de Itaipava, referente à implantação da Policlínica do terceiro distrito. Ressaltou que tal conquista tem origem em esforços iniciados ainda no âmbito do PSB, mencionando a atuação de Eduardo Bandeira de Mello na destinação de recursos ao município, o que foi fundamental para viabilizar o início do projeto da policlínica, destinada ao atendimento da população do terceiro distrito e de seu entorno. Manifestou satisfação ao informar que a licitação encontra-se em andamento, com previsão para o mês de fevereiro, declarando sua expectativa positiva quanto à concretização do projeto. Solicitou o apoio do Secretário de Saúde, Aloisio de Barbosa, do Prefeito Hingo e do secretário responsável pela área, para que a unidade se consolide como um importante equipamento de saúde no município e atenda adequadamente a região. Destacou que a ampliação dos serviços de saúde no terceiro distrito é uma luta constante desde o seu primeiro mandato. afirmou que acompanhará de perto todas as etapas do processo, desde a licitação até a execução da obra, fiscalizando e torcendo para o êxito da iniciativa. Na sequência, destacou outra obra relevante para a mobilidade urbana do terceiro distrito: a duplicação e reconstrução da Ponte do Arranha-Céu. Informou que a atual estrutura apresenta limitações, inclusive com restrições de peso para o tráfego de caminhões, o que evidencia a necessidade da construção de uma nova ponte. Ressaltou que a obra trará significativa melhoria à mobilidade urbana da região, informando que a licitação está prevista para o início do ano, possivelmente no mês de março, demonstrando confiança de que será uma grande conquista após sua conclusão. Em seguida, destacou que, além das duas obras já mencionadas, existem outras duas importantes demandas pelas quais pretende lutar ao longo do ano, com o objetivo de transformá-las em indicações legislativas em realizações concretas. A primeira refere-se à retomada das obras da Escola Municipal Celina Schechner, localizada próxima à sua residência. Informou que, no governo anterior, houve início das obras, que foram posteriormente paralisadas em razão da ineficiência da empresa responsável, sendo a interrupção devidamente realizada pela Secretaria de Obras. Defendeu a retomada do projeto por meio de nova licitação e solicitou atenção especial do Secretário de Obras e da Secretaria de Educação, ressaltando o valor simbólico e social da escola para a comunidade. Enalteceu a atuação do conselho escolar, com o qual se reuniu na semana anterior, agradecendo a presença do Vereador Thiago Damaeno, da Vereadora Professora Livia Miranda e da representante Gilda Beatriz. Informou que, na primeira reunião do conselho escolar, foi definida como pauta prioritária a retomada das obras da Escola Municipal Celina Schechner. Recordou ainda que, em gestão anterior, houve uma grande mobilização que resultou na transferência da escola para a região próxima ao Terminal de Itaipava, bem como na construção do Centro Educacional Adriana Constância Trindade, ampliando o atendimento educacional da população local. Destacou a importância da ampliação e retomada da escola, em razão do aumento significativo da demanda na região, ressaltando que a unidade já atendeu mais de 600 alunos, atualmente conta com cerca de 450, e possui potencial para atender entre 600 e 800 estudantes. afirmou que lutará intensamente por essa pauta, convidando os demais vereadores e vereadoras a se unirem a essa causa, com o apoio do atual Prefeito Hingo e de seu secretariado, para que o projeto saia do papel. Por fim, mencionou como quarta e última prioridade da necessidade de retorno do PSF da Lajinha ao seu bairro de origem, informando que atualmente o serviço funciona junto à UBS em frente ao Terminal de Itaipava, mas que sua localização ideal é próxima à população que atende, desejo compartilhado também pelos servidores da unidade. Ao encerrar, dirigiu-se ao Presidente da Casa para registrar, neste início do segundo ano da legislatura, o pedido de união entre o líder do governo, vereadores, vereadoras, secretários e o Prefeito, com o objetivo de atender de forma mais eficaz as demandas da população do terceiro distrito. Agradeceu e despediu-se. **2) PROFESSORA LIVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Registrou a retomada das sessões legislativas da Câmara Municipal no ano de 2026, destacando que, embora os trabalhos tenham sido reiniciados, os problemas da cidade se agravaram em relação ao ano anterior. Ressaltou que as dificuldades enfrentadas pelo município em 2026 decorrem, em grande parte, da ausência de soluções adotadas pela Prefeitura em 2025, o que resultou no acúmulo e agravamento das demandas. Mencionou que diversos temas poderiam ser abordados, como os impactos das chuvas, os atrasos no pagamento de fornecedores e as dificuldades relacionadas à garantia da merenda escolar, mas optou por iniciar sua intervenção tratando da denominada crise financeira do município. Questionou a legitimidade de uma crise financeira que se prolonga por mais de um ano sem a apresentação de qualquer plano ou perspectiva concreta de superação. Recordou que, no início do ano anterior, o Poder Executivo declarou a existência de crise financeira, porém não apresentou medidas efetivas para enfrentá-la. Destacou que, no início de 2026, o Executivo novamente afirma estar em crise, sem indicar soluções, o que considera lamentável, uma vez que os maiores prejudicados são os cidadãos que dependem dos serviços públicos, bem como os trabalhadores e comerciantes locais, em razão da redução da circulação de recursos na economia da cidade. Defendeu que é necessário que a população se mobilize para cobrar da Prefeitura medidas concretas, especialmente no que se refere à execução minimamente responsável das ações durante o período de chuvas. Relatou visitas realizadas a unidades escolares utilizadas como pontos de apoio e classificou como lamentável a forma como as servidoras, em sua maioria mulheres, foram tratadas, mencionando casos em que apenas a diretora permanecia na unidade, situação

que, segundo afirmou, expõe a profissional a vulnerabilidade. Reforçou que o funcionamento adequado dos pontos de apoio é fundamental para a cidade, criticando a ausência de medidas efetivas da Prefeitura para garantir a segurança tanto das servidoras quanto da população. Mencionou que, embora a Polícia Militar e a Guarda Municipal realizem rondas, os intervalos são extensos, tornando imprevisível a presença de profissional exclusivo para garantir a segurança nos pontos de apoio. Ressaltou que a Defesa Civil é a responsável pela abertura desses espaços e criticou a subordinação da Educação a essa função, defendendo uma postura mais firme da Secretaria de Educação no sentido de assegurar que suas profissionais não assumam responsabilidades que cabem à Defesa Civil. afirmou que, mais uma vez, a população é a principal prejudicada, destacando que, apesar do conhecimento técnico existente, decisões inadequadas são tomadas por gestores sem a devida qualificação. Observou ainda que a ausência das chuvas previstas evitou maiores danos, atribuindo tal fato à sorte, tanto do governo quanto da população, alertando que o período de chuvas se estende até abril e que a situação permanece grave. Passou então a tratar da área da educação, afirmando que a Prefeitura segue descumprindo determinações judiciais, especialmente no que se refere à distribuição de material escolar e uniformes, mencionando que o prazo para resposta à Vara da Infância havia expirado sem qualquer manifestação do Poder Público e que a omissão compromete o trabalho de diretoras, professoras e educadoras, caracterizando, segundo afirmou, uma gestão marcada pelo silêncio e pela omissão. Informou que diversos ofícios foram encaminhados à Prefeitura sem qualquer resposta. Apon-tou ainda a ausência de cumprimento do calendário educacional, citando a não realização de eleições para diretores, a falta de publicidade do concurso de remoção, a não convocação de concursados e a ausência de esclarecimentos à população. Questionou se as crianças matriculadas na rede pública terão professores e profissionais suficientes no início do ano letivo, afirmando que, infelizmente, a resposta é negativa, uma vez que o Executivo não convoca nem nomeia os profissionais necessários. Ressaltou que as crianças são as maiores prejudicadas e denunciou o impacto da omissão sobre os concursados que aguardam convocação, muitos dos quais pediram demissão de seus empregos anteriores e permanecem sem renda em razão da falta de compromisso da Prefeitura. Reiterou sua crítica à postura do Executivo, classificando-o como uma “gestão do silêncio”, afirmando que tal silêncio representa omissão e responsabilidade diante da população. Informou que realizará visitas às unidades escolares na semana seguinte, colocando-se à disposição para que o Prefeito o acompanhe, a fim de verificar in loco os problemas apontados, os quais, segundo afirmou, já foram formalmente registrados por meio de ofícios. Por fim, abordou a situação da política cultural do município, denunciando a falta de compromisso do governo com os trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Relatou que, no ano anterior, não foi realizado o edital de cultura, havendo acúmulo de recursos que foram anunciados como investimento no ano seguinte. Destacou que, em razão da ausência de edital, os fazendeiros de cultura ficaram impossibilitados de disputar financiamento público em 2025, sendo obrigados a concorrer apenas em 2026. Criticou a postura do Secretário de Cultura ao comemorar o elevado número de inscritos, afirmando que tal situação decorre da ausência de investimentos no ano anterior. Ressaltou que os recursos estavam previstos no orçamento e não foram aplicados, questionando o destino desses valores. afirmou que a cidade carece de políticas de fomento à cultura, mencionando a ausência de investimentos em eventos tradicionais, como o carnaval, e criticando o fato de o governo se orgulhar de economizar recursos da área cultural. Alertou que tal postura reduz a circulação de dinheiro na cidade e o poder de compra da população. Ao encerrar, registrou que o ano de 2026 se inicia com o agravamento dos problemas enfrentados em 2025, reiterando sua preocupação com a condução da administração municipal. Agradeceu e despediu-se. **3) LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. afirmou que não seria possível iniciar os trabalhos legislativos sem mencionar o cenário de caos em que, segundo ele, a cidade foi deixada ao final do ano de 2025. Informou que acompanhou atentamente, juntamente com outros vereadores, a situação financeira do município, destacando que o governo estaria trazendo para 2026 um passivo estimado em aproximadamente **R\$ 400 milhões**, envolvendo débitos de aluguel, insumos da área da saúde, fornecedores de merenda escolar, empresa de iluminação pública, prestadores de serviço e fornecedores da Defesa Civil. Ressaltou que, diante desse cenário, o caos financeiro em 2026 seria ainda maior do que em 2025. Informou ainda que apenas a COMDEP possuiria um passivo de **R\$ 164 milhões** sem previsão orçamentária para 2026, além de **R\$ 70 milhões** relacionados à CPTRANS, somados a um novo processo licitatório pretendido para georeferenciamento, estimado em cerca de **R\$ 15 milhões**. Destacou que, somados esses valores ao passivo anterior, o município poderia enfrentar um déficit orçamentário aproximado de **R\$ 650 milhões** em 2026. Na sequência, relatou visita realizada ao Vereador Junior Paixão, ocasião em que passou pelo distrito de Pedro do Rio e narrou encontro com um dos ganhadores da Mega da Virada, o qual manifestou intenção de permanecer no município, elogiando a fonte do Impedidor e demonstrando interesse em realizar investimentos na cidade. Informou que se colocou, em nome da Câmara, à disposição para apoiar eventuais empreendimentos de interesse do referido investidor. Retomando o debate de interesse público, o abordou o reajuste tarifário de **7,48%** concedido à concessionária **Águas do Imperador**, percentual superior ao índice inflacionário do INPC de 2025, que foi de **3,90%**. Criticou ainda a concessão de mais **10 anos de contrato**, de forma gratuita, a uma empresa que, segundo afirmou, presta serviço de baixa qualidade no município, destacando que os gabinetes parlamentares recebem reclamações frequentes da população. Acrescentou que, além do reajuste de **7,48%**, foi autorizada a cobrança adicional de **2,04%**, o que pode elevar o aumento total das tarifas de água e esgoto

para quase **10%**. Destacou que a concessionária cobra taxa de esgoto mesmo sem realizar efetivamente o serviço em grande parte do município, e criticou a renovação contratual por longo período sem a devida contrapartida. Informou que, em termo aditivo, o Executivo estabeleceu a obrigação de investimento de aproximadamente **R\$ 9 milhões** até 2033 para implantação de redes separadoras, questionando o fato de que cerca de **80% do esgoto da cidade** é conduzido pela rede pluvial municipal, o que, segundo afirmou, poderia gerar direito a indenização ao município, mas não estaria sendo considerado. afirmou que, apesar de o Prefeito declarar estado de calamidade pública financeira, concede benefícios à concessionária de água e também às empresas de transporte coletivo. Em seguida, passou a tratar da falta de transparência do governo municipal, afirmando que o Portal da Transparência encontra-se sem atualização de receitas e despesas desde dezembro de 2025, mesmo após a abertura do orçamento de 2026. Informou ainda que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do sexto bimestre não apresenta dados das áreas de educação, saúde, segurança social e previdência. Ao abordar a área da educação, relatou vistoria realizada na **Escola Municipal Governador Marcelo Alencar**, no Quitandinha, onde constatou problemas estruturais graves, como destelhamento da quadra ocorrido em setembro de 2025 sem reparos, infiltrações, acúmulo de água nas salas de aula, goteiras próximas à rede elétrica e uso de diversos baldes para contenção da água. Informou que a direção da unidade solicita providências há cerca de sete meses e que a Secretária de Educação, em seis meses de gestão, não teria visitado a escola. Criticou a condução da política educacional, mencionando adesões de atas e contratos externos, inclusive no valor aproximado de **R\$ 6 milhões** para pequenas reformas, o que, segundo afirmou, retira oportunidades de contratação de serviços pelas próprias comunidades escolares. Destacou ainda que a referida escola é utilizada como ponto de apoio em situações de emergência, questionando a segurança de acolher a população em local sem telhado adequado, com extintores vencidos e iluminação deficiente. afirmou que a ausência do poder público nas comunidades contribui para a invisibilização dessas demandas. Criticou a licitação prevista para georeferenciamento, no valor aproximado de **R\$ 586 mil**, afirmando que os serviços pretendidos já estariam disponíveis gratuitamente no próprio site da Prefeitura, bastando atualização pelos servidores municipais. Informou que inclusive o Secretário de Defesa Civil desconhecia tais ferramentas, motivo pelo qual convidou o Prefeito a comparecer à Câmara para que lhe seja apresentada a funcionalidade do sistema existente. Na sequência, voltou a denunciar problemas relacionados à dragagem dos rios do município, afirmando que as intervenções estariam sendo realizadas de forma inadequada, inclusive em períodos de alerta de chuvas, com contenções que respam a água, sem retirada efetiva de detritos. Questionou dados divulgados pelo governo sobre a retirada de milhares de caminhões de material, afirmando que, na prática, não estaria ocorrendo a remoção anunciada. Por fim, informou ter encaminhado ofício ao Prefeito cobrando o cumprimento da **Lei nº 9.054, de 14 de julho de 2026**, que determina a publicação e atualização do Portal da Transparência, destacando que a norma estaria sendo descumprida há **152 dias**. Solicitou que a Presidência da Casa encaminhasse convite formal ao Prefeito para comparecer ao Legislativo, a fim de prestar esclarecimentos, reiterando críticas à gestão municipal, que, segundo afirmou, alega crise financeira, mas destina recursos a empresas de fora do município. Agradeceu e despediu-se. **4) DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Iniciou sua manifestação informando que, no início da sessão, conversou com o Vereador Léo França com a proposta de um armistício, esclarecendo o significado do termo. Em seguida, passou a comentar pontos levantados pelo referido vereador, afirmando, sem ironia, que a Procuradoria do Município durante o governo Rubens Bontempo era composta por profissionais altamente competentes, destacando a atuação do então Procurador Miguel Barreto. Criticou a contratação de escritório externo, ao custo de valores elevados, para ajuntamento de ação que, segundo afirmou, não produziu resultados concretos. Ressaltou que não estava justificando eventuais falhas, mas que iria apurar a denúncia mencionada, reiterando que, à época, o Município possuía estrutura jurídica apta a conduzir tais demandas. Na sequência, tratou da concessionária Águas do Imperador, declarando-se terminantemente contrário a qualquer reajuste de tarifas de água e esgoto, classificando tais aumentos como abusivos, especialmente diante da precariedade do serviço prestado. Destacou, contudo, que a má prestação de serviços públicos não se restringe a essa concessionária, mencionando também problemas enfrentados com a Enel e outras empresas concessionárias atuantes no município. Defendeu que o debate deve ser feito com justiça e base em dados objetivos. Apresentou levantamento histórico dos reajustes tarifários da água, informando que, em 2022, houve aumento de 10,74%, enquanto a inflação foi de 5,79%; em 2023, não houve reajuste significativo em razão da tragédia ocorrida, sendo aplicado apenas índice residual; em 2024, o reajuste foi de 7,99%; e, em 2025, a inflação foi de 4,26%, enquanto a tarifa sofreu aumento de 12,26%. afirmou que tais dados demonstram que, nos governos anteriores, os reajustes foram reiteradamente superiores à inflação, ressaltando que, à época,